



ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF, 2006. 356p.

Daniela Passos¹

O livro *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*, organizado por Carla Maria Carvalho de Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira, torna-se, de imediato, referência obrigatória para quem se interessa pela pesquisa histórica no campo econômico e social que adote uma abordagem de análise estrutural, aliando fontes possíveis de serem seriadas e estudadas quantitativamente a análises de caráter “microscópico” que coloquem em evidência a ação do sujeito individual para o entendimento da dinâmica histórica.

A obra surgiu como resultado do I Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (LAHES – UFJF), realizado em junho de 2005, cuja temática leva o título deste e contempla diversas trajetórias e perfis de pesquisadores/colaboradores. O livro permite ao leitor problematizar a questão: Uma pesquisa mais microscópica, em que o sujeito individual é fundamental na história, tem permitido a superação ou mesmo respostas ocultas a impasses promovidos por uma abordagem globalizante?

A obra é dividida em seis partes, perfazendo um total de quinze capítulos, redigidos pelos conferencistas e pesquisadores que fizeram parte das mesas redondas do evento. Traz ainda os comentários dos professores que coordenaram as mesas: Júnia Furtado, Afonso de Alencastro, Renato Leite Marcondes e Cláudio H. M. Batalha.

A parte I, *Reflexões conceituais e metodológicas*, abre a obra. O artigo de Ignácio Delgado, *Poder, mercado e trabalho*, é uma exposição das linhas de pesquisa do Mestrado em História da UFJF, ao qual o LAHES se

(1) Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP/MG). E-mail: ddanipassos@gmail.com.

integra. Delgado analisa os conceitos de poder, mercado e trabalho, enfatizando as conexões existentes entre o poder e as relações de mercado, bem como as relações de trabalho que se associam a estes. Ao definir o termo *poder*, ele o especifica dentro da esfera social como “relacional”, resultando em fenômenos de dominação, exclusão ou mesmo solidariedades.

Delgado, utilizando-se dos trabalhos de Pierre Bordieu e Michel de Foucault,² afirma que o poder se encontra em todas as partes, tanto nas microrrelações quanto em instituições grandiosas, como o Estado.

Quanto ao termo *mercado*, o autor expõe de forma sintética sua diferenciação entre uma sociedade ainda não influenciada por instituições econômicas – em que o mercado passa a ser impulsionado por motivações específicas, como o parentesco e o matrimônio – e uma sociedade que abriga uma economia capitalista de mercado, na qual este funciona através de um sistema de preços determinados pelas leis de oferta e procura e motivadas pelo lucro, sem haver a necessidade de vínculos de sangue e fidelidade. Esse último modelo de mercado, segundo Delgado, deu-se pela emergência do Estado soberano, que enfraqueceu as lealdades locais, desobstruiu os bloqueios à circulação mercantil e trouxe ao reino das mercadorias a terra e o trabalho.

Por fim, a palavra *trabalho* é definida pelo autor como uma atividade orientada para a apropriação humana da natureza, envolvendo intrinsecamente uma relação de poder. E finaliza afirmando a importância dos atores (sociedade civil) na capacidade de influenciar a ação do Estado e a configuração das relações entre *Poder, mercado e trabalho*.

João Fragoso, no segundo capítulo, apresenta o texto *Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana: Fredrick Barth e a história econômica colonial* e expõe a potencialidade da micro-história para as análises referentes aos estudos da história econômica e social. Ele afirma que através da *microstória* é possível produzir questionamentos e respostas que possam ser comparáveis em outros contextos, o que pode vir a possibilitar a compreensão do processo num todo, pois aquela conseguiria captar o funcionamento de mecanismos que em nível macro poderiam escapar.

(2) Bordieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. e Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Fragoso apresenta essas reflexões se baseando nos trabalhos do antropólogo norueguês Fredrick Barth, que começou (a partir da década de 60 do século XIX) a criticar as abordagens estruturalistas que transformavam os agentes sociais em “cópias ou robôs” da sociedade. Barth, ao contrário disto, propunha discutir a sociedade considerando-a fragmentada e aberta. De acordo com Fragoso, tal abordagem pode ser igualmente aplicada nas sociedades ditas coloniais. Por exemplo, as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro setecentista surgiram como resultados de tensões e negociações de sujeitos posicionados de forma diferenciada na sociedade em questão. Eram transformações que tinham no palco atores múltiplos, os quais criavam novos cenários sociais como respostas das ações em curso.

Contudo, Fragoso deixa bem claro que ele não está propondo a abolição das análises macro e dos “conceitos gerais” ou mesmo a adoção da micro-história como prática única do trabalho acadêmico. Mas é importante encarar a *microstória* como algo importante, principalmente como análise comparativa para responder a questionamentos macros.

Tanto o texto de Delgado quanto o de Fragoso são artigos sugestivos e se encaixam perfeitamente nesta primeira parte. Ambos apresentam o que vem a ser o livro *Nomes e números* ao fazerem uma análise dos conceitos como *poder*, *mercado* e *trabalho* (no caso do Delgado), que perfazem todos os textos do livro, e ao mesmo tempo apresentam as formas metodológicas abordadas e estudadas pelos autores da obra. Neste ponto, Fragoso expõe bem o que vem a ser *microstória* e como ela pode ser fundamental dentro de pesquisas relacionadas à história social e econômica.

Assim, a partir da segunda parte do livro, começamos a entender o título e subtítulo da obra. *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social* foi escolhido justamente para se entender sujeitos individuais e dados quantitativos que fazem toda a diferença em uma abordagem globalizante, podendo, por vezes, como já dito, questionar-se sobre respostas macro.

Em *Elites no império português* (segunda parte), temos a presença marcante dos termos *poder* e *mercado*. Nos artigos de Antônio Carlos Jucá, *A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (1690-1750)*, Carla Maria Carvalho de Almeida, com *Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista*, e Edval de Souza Barros, em *Um triângulo de quatro lados: o Conselho Ultramarino e as relações entre câmaras, governadores e a Companhia Geral do*

Comércio do Brasil, os conceitos poder e mercado estão intrínsecos e fazem parte da composição de uma elite que, através do comércio, procurou se promover socialmente.

O primeiro texto é uma análise do considerável papel exercido pela família Almeida Jordão na constituição e consolidação da elite mercantil do Rio de Janeiro no início do século XVIII. Neste estudo de caso, Antônio Carlos Jucá aponta os motivos que proporcionaram a ascensão dessa família ao mundo dos negócios dentro do eixo América Colonial Portuguesa–Portugal, afirmando que os Almeida Jordão buscaram manter seu papel de destaque na atividade mercantil, através alianças com famílias e indivíduos que se “conformassem com a sua estratégia ascensional”. No caso das mulheres, estas se casavam com comerciantes ou mesmo profissionais cuja função era fundamental para uma família de negociantes, por exemplo, Juízes de Alfândega. Quanto aos homens da família, estes quase nunca se casavam e costumavam seguir a profissão de negociantes. Os que não faziam carreira na área seguiam o caminho eclesiástico, o que era comum, já que neste caso a herança continuava em família.

Além dos Almeida Jordão efetuarem alianças matrimoniais com alguns comerciantes, houve ainda casamentos da família com “nobres da terra”, o que proporcionou àqueles o controle de algumas instituições de poder local e laços com a Coroa.

Também é importante frisar que, de acordo com Jucá, a permanência da família na atividade mercantil não poderia ser separada da conjuntura específica do Rio de Janeiro, capitania esta que era ponto mais importante das principais rotas do comércio do império português, porto das minas (“frotas do ouro”) e região que participava do importante processo de ocupação da fronteira sul da América Portuguesa.

O artigo de Carla Almeida é uma análise das implicações da imigração portuguesa (principalmente homens provindos do norte de Portugal) sobre o sistema de casamentos e as estratégias de preservação da herança familiar via matrimônios endogâmicos e entrelaçamento nos negócios dentro da elite mineira setecentista. A autora afirma que, mesmo sendo um texto que traz apenas resultados parciais (de uma pesquisa então em andamento), o objetivo central da obra é a tentativa de traçar o perfil econômico e as formas de inserção social da elite mineira dos setecentos. E o texto cumpre o que propõe, fornecendo tabelas e gráficos com dados quantitativos sobre a naturalidade, o estado civil e a faixa de idade para o

casamento de mulheres e homens, estes ricos e fazendo parte de um grupo mercantil, além de gráficos que apontam os entrelaçamentos familiares.

As fontes utilizadas pela autora foram os inventários e testamentos (*post mortem*), os processos matrimoniais, as habilitações para o ingresso na ordem de Cristo e os documentos avulsos do Arquivo Ultramarino.

As conclusões (parciais) da pesquisa confirmam as considerações, segundo Carla Almeida, já feitas pela historiografia para a população de Minas, qual seja, a que, entre os homens ricos da região, havia uma preponderância de portugueses. Entre estes predominavam os provenientes das regiões rurais do norte de Portugal. Há ainda que se destacar a importância da solidariedade familiar de acolhimento para o enraizamento desses reinos nas Minas.

No capítulo cinco, Edval de Souza Barros (p. 101) procura:

(...) tratar das relações do Rio de Janeiro e da Bahia, os governadores e o Conselho Ultramarino durante o período posterior a 1640, restauração portuguesa. A nova dinastia portuguesa encontraria no Ultramar endosso imediato e predisposição das elites locais de tomarem a iniciativa no esforço de guerra como estratégia de garantir maior espaço de manobra nos assuntos relativos à defesa de forma a angariar o reconhecimento da Coroa.

De acordo com o autor, uma maior participação das câmaras nos assuntos de defesa atendia as necessidades mais gerais da Coroa no que tange à preservação do conjunto dos territórios ultramarinos, ou seja, para a Coroa eram as câmaras que garantiriam a manutenção de uma identidade política, sendo que esta esfera de autonomia política não contradizia a integração, mas a reforçava. Quanto às câmaras, era benéfico participar deste “jogo” (o de intermediar conflitos e promover o equilíbrio entre os interesses locais e a política metropolitana), pois isto permitiria a ela garantir seus interesses (neste caso o autor está falando de bandos e famílias) e ao mesmo tempo reforçar seus vínculos com o centro político na posição de “fiéis vassalos”, dignos de reconhecimento.

Júnia Furtado, em seus comentários, une os três textos ao tema *comércio*, este perfazendo as obras no que se refere à atuação e à composição das elites, especialmente as mercantis, em particular nas capitânias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, bem como suas articulações com o reino. Os três artigos apontam para uma análise das formas de poder, apresentando a importância dos estabelecimentos de “redes, cadeias e bandos ou teias hierárquicas” como forma de se promover socialmente e como identificação das elites, inclusive os comerciantes, que se enraizavam na terra e buscavam

(muitas vezes) sua participação (e interesse) nas câmaras municipais e no comércio. O poder aqui exposto se manifestava tanto nos “mecanismos formais” – câmaras, Conselho Ultramarino, Coroa, governo das capitanias – quanto nos “informais” – configuração e atuação das elites mercantis.

Igualmente, a terceira parte – *Negócios no Império Português* – apresenta nitidamente os termos *mercado* e *poder*. O texto *As “produções nacionais”: mercado luso-brasileiro através dos mapas de importação e exportação*, de Cláudia Maria das Graças Chaves, tem como implicação fundamental entender o mercado dito como “nacional” na América Portuguesa do final dos setecentos. A obra se propõe a analisar, com base em fontes como os mapas de importação e exportação da capitania de Minas Gerais, uma circulação importante de manufaturas têxteis produzidas dentro do Império luso-brasileiro e que se pretendiam “nacionais”. A partir das políticas reformistas, implementadas em Portugal e seus domínios imperiais no final do século XVIII, houve uma aproximação entre colônia e metrópole, no sentido de fortalecer as relações políticas e econômicas de ambos os territórios, e o surgimento da ideia de se criar um único “mercado nacional”.

De acordo com os mapas elaborados por Minas Gerais, as produções (e um mercado) na colônia se mostravam consideráveis, principalmente no setor têxtil, sendo de suma importância investimentos no setor (por parte da Coroa). Assim, através da Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, houve a tentativa de se “protegerem” as manufaturas, tanto de Portugal quanto do Brasil. As mercadorias (tidas como nacionais – produzidas no interior das capitanias brasileiras e que não usassem matéria-prima estrangeira) deveriam circular sem pagar taxas de importação e/ou exportação.

Segundo a autora, isso significaria uma nova relação do mercado colonial, pois as mercadorias circulariam livremente, em âmbito interno, o que se traduziria num fim do fracionamento entre capitanias; e suas alfândegas passariam a ter uma dimensão nacional. Para Cláudia Chaves, tal fato criaria as bases de um mercado interno brasileiro com características fortes, delineando o que mais tarde se tornaria a integração de um mercado de produções brasileiras.

Quanto ao capítulo sete, *Negociantes portugueses: as redes de arrematações de direitos e tributos régios*, de Luís Antônio Silva Araújo, este tem por objetivo principal pesquisar os negociantes que atuaram como contratadores de tributos em Minas Gerais no século XVIII. Mesmo sendo

uma pesquisa de resultados (então) parcial-iniciais, ela traz claramente a atuação dos contratadores durante o período pombalino (1760-1777).

De acordo com os dados levantados pelo autor, existiram relações entre os contratadores que “sinalizavam” para a formação de redes que envolviam afinidades de parentesco, amizades, compadres ou simples conhecidos, além de fortes articulações locais, submergindo autoridades da capitania mineira, detentores de sesmarias, grandes mineradores e negociantes portugueses, cujas articulações políticas e econômicas se estenderiam do Conselho Ultramarino às câmaras municipais e autoridades régias em outras regiões do Império luso.

Segundo Luís Araújo, os contratadores que controlavam a arrematação de contratos de estradas, dízimas e passagem em Minas Gerais ao longo das décadas de 40, 50 e 60 do século XVIII tinham como garantidos ganhos financeiros que poderiam proporcionar a afirmação social. Tais arrematações propiciavam ainda o controle sobre “instrumentos estratégicos” nas transações comerciais. Por exemplo, um contrato que controlasse cobranças de dízimas da alfândega do Rio de Janeiro, passagens do Paraíba e Paraíba e entradas de Minas Gerais poderia ter um forte controle sobre o comércio entre estas regiões (p. 169).

Para fechar esta terceira parte, os comentários de Afonso de Alencastro foram de parabenização pelos dois textos apresentados. O texto de Cláudia Chaves, para Alencastro, é de suma importância, principalmente no que se refere aos estudos sobre a “dimensão do consumo e o movimento de mercadorias no circuito interno da capitania/província mineira” (p. 175), pois a autora apresenta fontes e dados que ajudariam a “clarear” pesquisas sobre este tema.

O texto de Luís Araújo tem igual importância nos comentários de Alencastro, sobretudo quando aquele faz uma crítica documental com relação à figura do contratador, que muitas vezes poderia encobrir o verdadeiro arrematante do contrato, que estaria por detrás daquele que se responsabiliza pelo arremate, além de abordar a relevância para o estudo de contratos, que, segundo Afonso de Alencastro, é um tema vasto e pode ser amplamente explorado.

A quarta parte – *relações familiares no Brasil escravista* – contém três artigos e marca visivelmente a definição do termo *poder* exposta por Delgado no início da obra como “relacional” e resultando em fenômenos de dominação ou mesmo solidariedades. O capítulo oitavo abre a seção com a

obra de Mônica Ribeiro de Oliveira, *Reflexões teórico-metodológicas sobre a história da família no Antigo Regime*. Como bem mostra o título, o objetivo desse texto é o de tentar expor as principais teses e debates da historiografia sobre a história da família na Europa do período moderno. Partindo de estudos desde meados do século XIX, que traziam uma abordagem de tradição sociológica – marcada por uma perspectiva evolucionista –, passando pela ruptura com este modelo e chegando até análises contemporâneas, o texto percorre caminhos trilhados pelos especialistas que procuraram articular a história da família e a demografia histórica.

A autora discute ainda metodologias e alternativas de pesquisas que aliam “motivações individuais na constituição de comportamentos coletivos”, possibilitando a troca de reflexões para um melhor entendimento do comportamento demográfico familiar. O trabalho de Mônica de Oliveira é de suma importância, porque permite “acompanhar por quais caminhos e tendências se inserem o debate sobre a história da família no antigo regime” (p. 193), facultando reflexões e questionamentos sobre o uso de metodologias generalizantes para diferentes realidades familiares.

O capítulo nove, *Poder e compadrio: apadrinhamento de escravos em São João Del Rey durante os séculos XVIII e XIX*, de Silvia Maria J. Brügger, analisa as práticas de apadrinhamento de escravos na região em questão. Para tanto a autora se utiliza do cruzamento de fontes relacionadas aos registros paroquiais de batismo, inventários *post mortem* e testamentos. De início, ela afirma existir uma formação de teias e alianças em que o domínio senhorial se aproveitaria dos elos de compadrio para exercer seu poder e estabelecer uma relação de domínio e controle da escravaria.

Do ponto de vista dos cativos, a construção do parentesco ritual (batismos) com membros da família senhorial representaria a possibilidade de melhorar as condições de vida dentro do cativeiro e quem sabe uma possível conquista da alforria (ou pelo menos auxílios poderosos nessa conquista).

Segundo Silvia Brügger, os escravos (e seus descendentes) incorporaram e ressignificaram esta relação de compadrio, a princípio, construída com base em um rito católico, solidificando laços entre suas famílias e a dos padrinhos, partilhando, assim, um elemento católico à “luz de seus universos culturais”. Para este artigo, a autora trabalhou com estudos de casos – escravarias específicas – procurando observar como as redes de sociabilidades eram construídas e reforçadas pela relação de compadrio.

Para finalizar a quarta parte da obra, Sônia Maria de Souza estuda o *Parentesco e relações familiares na sociedade camponesa* do município de Juiz de Fora entre os anos de 1870 e 1920. A constituição de laços familiares, por parte dos camponeses, segundo a autora, foi de suma importância no que se refere à garantia de sobrevivência (como um grupo social e) como uma possibilidade de prosperidade econômica, viabilizando futuras conquistas de bens, por exemplo, terras e escravos. Como fonte, ela se utiliza dos inventários *post mortem*, de listas nominativas de populações, de registros de batismo e de processos criminais.

Para além do campesinato, o texto aborda a formação de laços familiares por libertos e seus descendentes. A família se tornou um dos pilares de sobrevivência utilizados pelos ex-escravos, já que, ao constituí-la, os libertos poderiam negociar com os fazendeiros contratos de trabalho em condições de vantagens, além de poderem manter relações de compadrio visando ao prestígio, à proteção e mesmo aos ganhos familiares (neste ponto a autora se aproxima muito do trabalho de Silvia Brügger).

Ao concluir, Sônia de Souza ressalta que o estabelecimento de laços familiares e de parentesco, seja consanguíneo ou de rituais (principalmente de batismo), foi uma solução encontrada não somente pelos nascidos livres e desprovidos de recursos mas também pelos libertos como garantia de se manterem como um grupo social, sendo os elementos de solidariedades e laços familiares formas consideradas decisivas para que pudessem enfrentar as dificuldades advindas das mudanças do período.

A quinta parte do livro – *Circuitos econômicos regionais* – coloca em foco o mercado e o comércio da região norte de Minas Gerais e sua estreita ligação com o nordeste do país. O primeiro texto desta seção, de Tarcísio R. Botelho, *Circuitos econômicos regionais: um olhar a partir da periferia*, discorre sobre o norte de Minas e sua possível afirmação como região privilegiada de abastecimento da área mineradora, mas que declinou a partir do século XVIII.

De acordo com Botelho, quando da descoberta de ouro no final do século XVII, houve um estabelecimento rápido de inúmeros núcleos de habitantes, o que gerou problemas de abastecimento nas regiões de localidades das jazidas. A porção setentrional da nova área de colonização surgiu como parte da solução deste problema, dada a facilidade de acesso de fornecimento de víveres, sobretudo carne bovina. Porém, o temor em relação aos “descaminhos do ouro” levou às tentativas de proibição do comércio pelo

caminho da Bahia, gerando mecanismos estritos de controle sobre a região, como cobranças de impostos e concessão de sesmarias. Nas décadas posteriores à de 30 do século XVIII, houve uma diminuição da importância do caminho da Bahia entre as rotas abastecedoras da região.

Dessa forma, de acordo com Botelho (p. 249):

(...) o circuito econômico regional que se constituiu nas décadas iniciais da mineração teve seu processo de consolidação interrompido a partir de novas orientações político-administrativas, impostas pelo aparato colonial português como forma de controlar a região mineradora.

A transferência da capital do vice-reinado, de Salvador para o Rio de Janeiro, consolidou ainda mais a orientação para o sul dos fluxos comerciais, agravando o quadro de marginalização do norte de Minas. Por fim, uma das consequências desse processo seria, conforme o autor, a perda do Rio São Francisco como elemento importante para a redução dos custos de transporte para região das Minas.

Na mesma linha do texto anterior, no capítulo quatorze, Ângelo Alves Carrara, em *Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII e XX*, analisa as articulações regionais e os circuitos mercantis dos sertões mineiros, goianos, tocantinenses, baianos, piauienses, maranhenses e pernambucanos. Carrara afirma que esse território, cuja descoberta do ouro dinamizou o povoamento na região, tornou-se não só lugar de passagem mas também de abastecimento. De início existiu uma grande dificuldade no que tange à concentração fundiária, que teve como primeiro obstáculo os indígenas; depois foi a vez dos criminosos atrapalharem o processo. A pecuária pouco a pouco avançaria, segundo o autor, ocupando maior parcela do território, e, mesmo com a população em fase de crescimento, a densidade se manteve reduzida.

Quanto aos “circuitos internos”, entre os caminhos e as estradas da Bahia ao Maranhão através do Piauí (consolidadas desde meados do século XVIII), o principal artigo em trânsito teria sido o gado de corte. Havia ainda duas principais rotas para os sertões dos Goias: uma a partir da Bahia e a outra desde o Pará. Já o Rio São Francisco, durante todo o século XVIII, ao longo de suas margens, teve como estabelecimento o comércio de sal para Goiás, Paracatu, Serro, Minas Novas, Rio de Contas e Jacobina. De acordo com Ângelo Carrara, do Rio São Francisco, na divisa com Minas Gerais,

importava-se quase a totalidade do sal proveniente das salinas são-franciscanas. Poucos eram os carregamentos de escravos e fumo.

Para além dos circuitos mercantis, Ângelo Carrara fala da circulação de populações, em especial dos movimentos sazonais de peregrinos que fluíam e refluíam nesta região, principalmente em direção a Bom Jesus da Lapa.

Renato Leite Marcondes registra os seus comentários sobre ambos os textos que compõem essa quinta parte do livro. Em relação ao tema *mercado interno brasileiro*, Renato Marcondes sugere para os dois artigos a não-separação entre interior e exterior como setores estanques. Para ele o mercado interno não pode ser compreendido como um segundo setor da economia ou como marginal, pois tanto o setor externo quanto o interno “nascem juntos e se complementam durante toda a história”.

Renato ainda proporciona para ambos os autores (já que os textos discutem tempos e territórios próximos) sugestões de pesquisa, fontes, questionamentos e uma possível ligação entre os autores para combinarem esforços e juntos poderem superar dificuldades próprias dos estudos sobre a região.

Fechando o livro, a sexta parte trata dos *Mundos do trabalho* e traz os textos de Ronaldo Pereira de Jesus, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, Valéria Marques Lobo, além dos comentários de Cláudio H. M. Batalha. Nessa última parte, o termo *trabalho* é o principal conceito das obras. Aliado a ele, o *poder* também se faz presente.

No capítulo treze, *História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1888)*, Ronaldo Pereira de Jesus analisa o fenômeno associativo entre os grupos sociais que compõem o que se chama de “gente comum” da sociedade escravista monárquica da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, Ronaldo (p. 287) estuda especificamente as:

(...) sociedades beneficentes de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas, que agrupavam homens livres, artesões, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão.

De acordo com o recorte temporal, o autor constata que, já na segunda metade do século XIX, seria possível observar elementos do trabalhismo e do corporativismo típicos das décadas iniciais do século passado e que seria de fundamental importância “não colocar as associações fundadas no século XIX em uma posição secundária se comparada com o

movimento operário sindical de inspiração anarquista das primeiras décadas do século XX” (p. 296).

A respeito da historiografia sobre o tema, Ronaldo apresenta uma trajetória de trabalhos relacionados ao assunto. Afirma que estudos do final da década de 80 e início dos anos 90 do século passado se destacariam por serem inspirados pela obra *The making of English working class*, de E. P. Thompson, pois eles passaram a entender/estudar a noção de classe como fenômeno histórico, pensando a classe como sujeito de sua própria história. Neste sentido, destaca como principais os trabalhos de Ângela de Castro Gomes e Cláudio H. M. Batalha. O autor cita ainda os estudos de Adhemar Lourenço da Silva Jr. e Cláudia Maria Ribeiro Viscardi no que se refere às pesquisas sobre mutualismo nos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais respectivamente. Ambos aprofundariam, de acordo com Ronaldo de Jesus, o debate sobre a relação entre as corporações de ofício do século XIX, as irmandades, as associações de auxílio mútuos e beneficentes e o moderno movimento operário.

Para finalizar, o autor afirma que as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais de classe e étnica, formadas na Capital do Império, eram práticas caracterizadas por *solidariedades horizontais*, ou seja, eram associações que surgiram como respostas mentais e emocionais à “hegemonia da ideologia da classe senhorial escravista” do período. As ações dos homens e das mulheres que criaram essas sociedades eram mais amplas que uma prática estabelecida pela hegemonia do paternalismo, qual seja, relações sociais verticais marcadas pela tensão que se estabelecia entre a “vontade soberana/senhorial” de um lado e os trabalhadores e demais dependentes do outro.

Para além, as *solidariedades horizontais*, presentes nessas associações, eram características de indivíduos portadores de uma cultura “emergente” dentro da sociedade monarquista escravista brasileira, sendo práticas sociais em que homens e mulheres atuavam como sujeitos históricos.

No texto *As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo*, Cláudia Viscardi analisa e discute as origens das associações mutuais nas cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte entre os anos de 1872 e 1934. Na mesma linha de estudos do texto anteriormente citado, Cláudia Viscardi aponta, também, para a existência de uma sociedade que se associava, a fim de avaliar interesses e criar estratégias de sobrevivência coletiva, dadas as mudanças que ameaçavam as pessoas livres e sem posses

(tidas como pobres) da época. A autora relata, no artigo, um pouco do cotidiano das mutuais, que, mesmo sendo de vários tipos, acabavam por ter regularidades em seu funcionamento, como o amparo aos trabalhadores doentes, a invalidez e os recursos angariados para proporcionar funerais aos sócios (e familiares destes) e o auxílio aos entes dos sócios após sua morte. Era comum ainda nas mutuais atividades de lazer, festividades e o incentivo a práticas educativas.

Quanto ao contexto do surgimento das mutuais, este foi marcado pela “necessidade de reforçar as relações de *solidariedades horizontais* perdidas em decorrência da ruptura ocorrida sobre as relações de parentela [êxodo rural] e pela introdução de valores relacionados à competição e ao individualismo” (p. 314-315), sendo que o forte caráter associativo da época pode ser tido como expressão de resistência à nova ordem que se impunha e da necessidade de se sentirem protegidos perante as mudanças que os ameaçavam.

Como possíveis resultados, Cláudia Viscardi conclui que as associações de socorro mútuo eram resistências que significavam obstáculos importantes à implantação de uma sociedade formalmente excludente, mas isso não quer dizer que elas tinham como meta a transformação da realidade que lhes era imposta. A maior parte dessas associações não foi formada com o objetivo de evoluir para uma modalidade sindical. Seu papel na sociedade era específico, e em geral estas associações conviviam paralelamente com as associações de resistência operária.

Encerrando a seção e o livro, o artigo *Mercado de trabalho: cenários políticos e sindicalismo (Brasil 1950-2000)*, de Valéria Marques Lobo, tem por objetivo analisar a influência do mercado de trabalho e do ambiente político sobre a postura adotada pelo movimento sindical brasileiro em relação às políticas sociais e de emprego, que contribuíram para a *desmercantilização* da força de trabalho no país. Segundo a autora, políticas sociais seriam essenciais no que se refere à emancipação dos trabalhadores em relação ao mercado, podendo ainda fortalecer a solidariedade da classe e ampliar as chances para uma sociedade mais igualitária.

Isto posto, Valéria se questiona em que medida tal situação pode ser diversa, principalmente em se tratando do excedente de indivíduos que se ligam “marginalmente” ao mercado de trabalho, afetando a percepção dos setores protegidos acerca das políticas sociais nas condições brasileiras.

Em seus comentários, Batalha aponta como fator importante os estudos sobre o tema *Mundos do trabalho* terem se voltado ao século XIX (como são os casos de Ronaldo Pereira de Jesus e Cláudia Viscardi), deixando de serem datas únicas 1888 (abolição), 1889 (advento da República) ou 1880 (surto industrial) como formas de pensar a história do trabalho no país, além de se dar o movimento inverso com a obra de Valéria Lobo, que, para além de 1964, amplia a cronologia da história do trabalho, chegando cada vez mais próximo daquilo que, conforme Batalha, se convencionou chamar de história do tempo presente.

Outro ponto de destaque dado por Batalha é a ruptura definitiva com os paradigmas de São Paulo e Rio de Janeiro dentro da recente historiografia do trabalho ao se estudarem tanto casos regionais como locais. Por fim, Batalha ainda interliga os três artigos ao avaliá-los dentro da perspectiva de “insegurança estrutural” vivida pelos trabalhadores que se sentiram forçados a buscar estratégias para lidarem com as incertezas da vida cotidiana; sendo que “tanto as sociedades mutualistas e beneficentes quanto as estratégias sindicais para a política de criação de empregos fizeram parte das respostas dadas para lidarem com essa insegurança” (p. 351).

Nomes e números, portanto, é um livro que está para o seu tempo. É publicado no momento em que abordagens micro são discutidas como recursos válidos para se questionar ou mesmo tentar superar respostas de uma história totalizante.

A abordagem multidisciplinar propicia ao leitor o caminho por um mosaico que contribui para trazer novos elementos para se pensar o sujeito de forma individual, permitindo assim a possibilidade de problematizar respostas tidas como globalizantes.

É uma obra que cumpre o que propõe, qual seja: analisar os conceitos *poder*, *mercado* e *trabalho* dentro de estudos específicos, através de uma relação intrínseca entre eles e de como pode ser possível atores individuais influenciarem a ação do Estado e mesmo remodelarem as conexões entre as três principais terminologias aqui apresentadas. É um livro que vem possibilitar o desenvolvimento de futuros trabalhos neste campo ao apresentar riqueza nas interpretações e abertura de caminhos pela perspectiva de “novas” metodologias.